

BRASIL E O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA: A RELAÇÃO BILATERAL DE DUAS EX-COLÔNIAS PORTUGUESAS DA COLONIZAÇÃO À CONSTRUÇÃO DE EMBAIXADAS

BRAZIL AND THE ANGOLA'S DECOLONIZATION PROCESS: THE BILATERAL RELATIONSHIP OF TWO PORTUGUESE EX-COLONIES FROM COLONIZATION TO THE CONSTRUCTION OF EMBASSIES

João Victor Scomparim Soares¹

Lucas Lima da Cruz²

Resumo: O presente artigo busca ressaltar as relações bilaterais entre Brasil e Angola desde os tempos remotos, em que ambos eram dominados por um mesmo país, Portugal. Procurou-se compreender quais foram os processos que envolveram ambos os países durante o período colonial e as relações que eles estabeleceram nesse período, trazendo para aspectos da contemporaneidade, que se reflete sobre o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer Angola e, logo em seguida, estabelecer embaixada em Luanda.

Palavras-chave: Brasil; Angola; Relações Bilaterais.

Abstract: This actual article seeks to highlight bilateral relations between Brazil and Angola since the earliest times, when both were dominated by the same country, Portugal. It was sought to understand the processes that involved both countries during the colonial period and the relations that they established in that period, bringing to aspects of contemporaneity, reflected in Brazil being the first country to recognize Angola, and then, shortly thereafter, to establish an embassy in Luanda.

Key Words: Brazil; Angola; Bilateral Relations.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca, através de um apanhado histórico, compreender as relações traçadas entre dois territórios, a saber, o Brasil e a Angola, os quais foram colonizados pelo mesmo país, Portugal.

Em um primeiro momento, procurou compreender, na história da África e da Angola, as riquezas do país e de que forma eles coabitavam anteriormente à colonização; posteriormente, foram estabelecidas semelhanças existentes no processo de colonização da Angola e do Brasil pelo mesmo

¹ Autor. Graduando de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP Marília).

² Co-autor. Graduando de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP Marília).

colonizador, ressaltando a tentativa de Portugal de implantar os mesmos modelos de produção em ambos os países.

A relação entre Brasil e Angola era, primordialmente, apenas estabelecida através do tráfico de escravos, situação que perduraria por um longo tempo e traria mudanças significativas na história de ambos os países, sobretudo em Angola. Posteriormente ao processo de colonização, procurou-se mostrar quais foram os processos de descolonização presente nos países em questão, desde os primeiros momentos até o processo de reconhecimento de outros países.

O enfoque do artigo recai, em um último momento, sobre a relação entre Angola e Brasil no processo de independência e reconhecimento da Angola enquanto um país livre, buscou ressaltar qual foi a importância do Brasil nessa toada, bem como a relação estabelecida entre ambos desde o processo de reconhecimento até a construção das embaixadas, símbolo da diplomacia estatal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. ÁFRICA PRÉ-COLONIAL

A história da África configura-se, inicialmente, sob dois aspectos principais, um deles é a tragédia, que são os inúmeros processos históricos decorrentes de anos de colonização e exploração dos povos africanos, o outro aspecto, também sendo o mais importante e que servirá de base para as discussões, é o fato concreto de que a África é um país riquíssimo e plural, a partir de diversos pontos de vista.

Esta terrível, mas riquíssima história tem, por outro lado, sido marcada por guinadas espetaculares, além de contrariar determinadas tendências previamente anunciadas. Na esteira do fracasso de vários modelos impostos a partir de fora, bem como de tentativas de traçar uma via totalmente original, o chamado continente negro vai produzindo, dolorosamente, uma síntese rumo ao desenvolvimento [...] (VISENTINI, 2012, p. 44).

As provas de que a humanidade encontra seu berço na África são cabais e já não passam mais por processos de dúvidas sobre essa veracidade, assim como o fato de que foi no Egito, país africano onde surgiu a primeira civilização, Paulo Visentini, ao pensar a história da África, afirma que “Foi na África que surgiu o *Homo Sapiens*, há cerca de 160 mil anos, bem como a primeira civilização, o Egito, há 5 mil anos [...]” (VISENTINI, 2012, p. 16). Além de ter sido o início de muitas civilizações, foi na África que se iniciaram muitas descobertas como instrumentos de caça, pesca etc. Com o tempo, as civilizações foram encontrando espaço físico pelo continente e formando as diversas etnias que coexistiram naquele período da história da África.

O continente africano precisa ser pensado enquanto uma enorme extensão territorial e que apresenta diferenças na ótica de diversas perspectivas, a começar pelo clima, o continente possui desde desertos até regiões gélidas, savanas e florestas tropicais. Seu solo é riquíssimo em nutrientes minerais, desde aqueles que são mais conhecidos até os mais raros

[...] sua principal atividade econômica refere-se à mineração, principalmente nas grandes jazidas de carvão, reservas de petróleo e de gás natural, bem como as maiores reservas de outros, diamantes, cobre [...] a segunda atividade econômica mais importante no continente é a agricultura [...] (VISENTINI, 2012, p. 18).

Apesar de também ser rica do ponto de vista geográfico, acredita-se que a maior riqueza da África está no mosaico de etnias, povos e línguas existentes no continente; o continente está dividido em cerca de 800 grupos étnicos, sendo que cada grupo possui sua própria língua e cultura bem definidas. “Importa dizer que as religiões da África são tão diversas quanto as línguas e etnias do continente, já que cada uma delas tem seus deuses, gênios ou ancestrais cuja adoração, ritos, oração ou sacrifício segue uma lógica única.” (VISENTINI, 2012, p. 24).

O “outro lado da moeda”³ da história africana são os aspectos da colonização e da exploração, com raízes históricas em inúmeros acontecimentos, o início foi decorrente dessa busca por novas rotas alternativas, já no século XIV, no início das grandes navegações, como afirmado por Paulo Visentini: “Os processos de ocupação territorial, de exploração econômica e de domínio político do continente africano por potências europeias, tiveram início no século XIV [...] surgiu da necessidade de encontrar rotas alternativas para o Oriente [...]” (VISENTINI, 2012, p. 40).

2. ANGOLA PRÉ-COLONIAL⁴

As estruturas da Angola⁵ pré-colonial são condizentes com a própria África pré-colonial; as principais etnias que coexistiam dentro do país neste período eram os koisans, os povos bantus, bakongos, kicongos, dentre outros. A maioria das etnias se organizada por meio de tribos, mas já naquele período existiam reinos que eram antigos e já estavam firmados naquele território por muito tempo, o mais conhecido deles era o Reino Unificado do Kongo. Os povos que habitavam no território que hoje é conhecido como Angola possuem suas histórias registradas desde o período Paleolítico da História, através de pinturas rupestres, mas também foram encontrados instrumentos de pedra cunhados pelos viventes do período. O fato de muitos nomes da Angola possuírem o nome de outro país – no caso o Congo – se dá pelo fato de que as fronteiras do país são cercados a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo. A Angola tem saída para o mar, com saída a oeste pelo Oceano Atlântico.

Possuente de grandes reservas minerais, a despeito do petróleo, possui também um clima que representa bem o continente africano, indo

“[...]desde o clima seco do deserto, ao tropical chuvoso de savana, e temperado de altitude [...] A maioria dos rios de Angola nasce no Planalto do Bié e o solo angolano é, em grande parte, propício à agricultura.” (VISENTINI, 2012, p. 45).

A ocupação efetiva do território angolano pelos portugueses foi determinada na Conferência de Berlim, em 1884, a qual dividiu a África entre os países europeus, entretanto, a ocupação efetiva pelos portugueses foi apenas em 1920, tendo o seu término em 1975, independência esta que transformou a Angola em um palco de guerra civil (1975 – 2002), a qual será brevemente abordada posteriormente.

³ A expressão “o outro lado da moeda” não é usada aqui a partir de compreensões maniqueístas da história, mas pelo fato de, no início deste ponto, ser apontado duas formas de enxergar a história africana, uma delas enquanto tragédia e a outra enquanto riqueza. Neste artigo, os dois pontos são ressaltados, na perspectiva de compreender a totalidade dos processos históricos que se desvencilharam na “História da África”.

⁴ Dados retirados de: <<https://pais.es.gov.br/#/pt/pais/angola/info/sintese>>.

⁵ A origem de seu nome vem provavelmente da palavra do dialeto bantu “Ngola”, nome do rei do Congo que conquistou a região, incorporando-a ao reino, conforme aparece em documentos portugueses do Século XVI. (CENSO IBGE, 2016).

3. PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO E AS SEMELHANÇAS ANGOLA-BRASIL

O longo processo de exploração continental, iniciado com um viés de busca de novas rotas e novos caminhos marítimos, posteriormente, processos de dominação colonialista e estancamento do tráfico de escravos enquanto comércio altamente lucrativo prosseguiu nesse processo intenso e extenso de modificação dos rumos da história da África.

Para pensar os aspectos de intervenção de outros povos, é crucial levar em conta um dos principais autores que teorizaram sobre esta questão, como Immanuel Wallerstein, em seu livro “O universalismo europeu” de 2007, o autor parte do ponto da observação dos principais discursos legitimadores e justificadores da intervenção a outros povos, eles prosseguiram em busca de uma homogeneização do planeta, na tentativa de levar os mesmos hábitos, os mesmos sistemas econômicos (no caso o capitalista) e o mesmo *modus vivendi*.

A história do sistema-mundo moderno tem sido, em grande parte, a história da expansão dos povos e dos Estados europeus pelo resto do mundo. Essa é a parte essencial da construção da economia-mundo capitalista. Na maioria das regiões do mundo, essa expansão envolveu conquista militar, exploração econômica e injustiças em massa [...] o argumento mais comum é que tal expansão disseminou algo invariavelmente chamado de civilização, crescimento e desenvolvimento econômico ou progresso. (WALLERSTEIN, 2007, p. 21).

O primeiro argumento que serviu como base para as explorações dos povos não-europeus foi estritamente de cunho religioso, em que o “outro” era visto como “bárbaros, simplórios, iletrados e não instruídos, brutos totalmente incapazes de aprender qualquer coisa que não seja atividade mecânica, cheios de vícios, cruéis [...]”⁶. Posteriormente, imperou um argumento com um teor mais científico, a sociologia, por exemplo, vai surgir como um instrumento e formas de dominação, com fins de justificar a dominação e a intervenção, a ideia de progresso de civilizações, de hierarquias civilizacionais, com a ideia de que todos deveriam ser industrializados, ser dotado de tecnologias etc.

[...] a realidade social do que ocorreu foi menos gloriosa do que o quadro a nós apresentado pelas justificativas intelectuais. A discrepância entre a realidade e as justificativas foi duramente sentida e expressa de várias maneiras pelos que pagaram o preço na vida pessoal e coletiva [...]. (WALLERSTEIN, 2007, p. 30).

A postura e a visão universalista europeia deixaram marcas profundas na história da África. Na busca por novas rotas de comércio, o continente foi sendo aos poucos acometido pelo processo da “grande descoberta”, que foi gerando as intensas explorações do continente, bem como os tráficos negreiros. Essas transformações na África remontam a uma ação anterior à intromissão europeia ocidental, pois “[...] até o advento dos traficantes de escravos europeus, os árabes já praticavam o comércio negreiro, transportando escravos para a Arábia e para os mercados do Mediterrâneo.” (VISENTINI, 2012, p. 40). Após um longo processo de conhecimento da costa continental da África e um mapeamento de

⁶ Apesar de ser um discurso utilizado para a exploração das Américas, este discurso também era embasamento europeu para as demais intervenções. O discurso acima referenciado foi uma argumentação de Juan Ginés de Sepúlveda argumentando o porquê era necessária a intervenção, em oposição ao padre Bartolomé de Las Casas, que era em favor da não escravização dos indígenas, mas da evangelização por meios pacíficos.

determinados espaços, eles encontraram ouro em determinadas regiões, como nos atuais Bênin e Sudão, bem como entraram em contato com a população africana, o outro, o negro, os povos sem alma.⁷

O desenvolvimento do capitalismo na Europa, através do mercantilismo⁸ era apoiado na exploração de outros povos,

Assim, o mercantilismo levou à formação de um sistema colonial em que a exploração das colônias vinculava-se fortemente à acumulação de capitais, tanto por parte da burguesia, que se beneficiava do comércio colonial monopolizado (o chamado Pacto Colonial), como por parte do Estado, que recolhia tributos. O tráfico negreiro, fornecedor de mão de obra necessária para a produção nas recém-descobertas colônias americanas, por sua vez possibilitou elevados lucros para ambos. (VISENTINI, 2012, p. 41).

Portugal tinha as condições favoráveis à época para que fosse o pioneiro nas grandes navegações, o compilado de condições são compartilhadas entre os historiadores, como centralização de poder na monarquia garantindo uma centralização política, apoio da nobreza e da burguesia neste processo de expansão marítima e financiamento destes, criação da Escola de Sagres, que foi um centro importantíssimo de pesquisas náuticas, domínio de algumas técnicas de navegação, domínio da bússola, astrolábio etc., com isso, coadunaram-se experiências em navegações e capital investido – em suma – para que os lusitanos saíssem à frente em inúmeros sentidos. (LOPEZ, MOTA, 2008).

O primeiro contato português com a África foi em 1434⁹, ano em que eles alcançaram o Cabo do Bojador, Vasco da Gama, que era o principal navegador da época e que conduzia os lusitanos nos processos de navegação, sempre teve um papel crucial de mediação para com a Coroa Portuguesa, alegando a lucratividade da expansão por meio da navegação e dos benefícios que isso traria. À luz da época, “o comércio asiático era, obviamente, mais interessante do que o Africano. No entanto, o continente africano era estratégico para que Portugal viabilizasse seus projetos de controle marítimo-continental.” (VISENTINI, 2012, p. 43).

A relação de Portugal com a África foi, portanto, mais tímida em um primeiro momento, pois o real interesse dos lusitanos ainda era o comércio de especiarias, mas já existiam formas primárias de colonização no continente africano, pois, desde os primeiros contatos, houve um conhecimento das riquezas minerais que ali existiam e o comércio de escravos já estava próximo de se tornar um comércio altamente lucrativo.

Na Costa dos Escravos (atual Benin), como o nome sugere, os portugueses tinham a principal fonte de fornecimento de escravos, tecidos e contas [...] Em 1485, eles se fixaram nas ilhas do Golfo da Guiné. O local era ideal para o abastecimento dos navios que iam para a Europa e, posteriormente, para o Brasil. (VISENTINI, 2012, p. 44).

⁷ Alguns termos que eram utilizados de forma recorrente para tratar acerca do negro, discursos religiosos, científicos etc.

⁸ “É preciso esclarecer que a riqueza na época moderna, para os europeus, está diretamente relacionada com a possibilidade dos Estados de acumular metais preciosos. Assim, os monarcas dos Estados nacionais europeus empenharam-se em descobrir a melhor forma de conseguir recursos para o tesouro real, a partir do acúmulo de grandes quantidades de ouro e prata para o tesouro real, a partir do acúmulo de grandes quantidades de ouro e prata para o tesouro [...]” (VISENTINI, 2012, p. 41).

⁹ Conforme é apontado no livro de Paulo Fagundes Visentini: “História da África e dos Africanos.”

A Angola só recebeu um primeiro contato português em 1482¹⁰, na foz do Rio do Congo e foi com o português Diogo Cão. Contudo, existiam outros lugares que possuíam maior prioridade na exploração portuguesa, como a própria citação acima nos revela; a Costa dos Escravos passou a ser o principal entreposto comercial do tráfico de escravos, os navios eram abastecidos ali para depois irem rumo aos seus destinos.

Apesar de terem tido um breve contato, em 1482 e nos anos posteriores, com o reino do Kongo (nome da época), apenas “[...] a partir de 1506, quando o comércio de escravos teve um grande impulso, tendo em vista que os portugueses precisavam de mão de obra barata para as grandes plantações de cana-de-açúcar, que estavam estabelecendo no Brasil” (VISENTINI, 2012, p. 46).

A relação entre Brasil e Angola durante os anos de colonialismo por parte de Portugal, aconteciam apenas por meio do tráfico de escravos, em 1549 foi criada pelos lusitanos a primeira capital do Brasil, como o nome de “São Salvador da Bahia de Todos os Santos”, que, posteriormente seria transferida para o Rio de Janeiro e, por último, para Brasília; ao passo que a capital de Angola, Luanda, foi criada em 1575. A criação de Luanda deu “início ao sistemático aprisionamento e tráfico de escravos [...] conflitos e escravização reduziram consideravelmente a população angolana.” (VISENTINI, 2012, p. 46).

A economia brasileira do período colonial era baseada no tripé: monocultura, latifúndio e mão de obra escrava (africanos), os escravos angolanos, conforme citados anteriormente, vinham para o Brasil para servirem no sistema colonial, na produção de cana-de-açúcar; o país viria a se tornar o maior produtor de açúcar dentre os séculos XVI e XVII, o declínio chegaria em pouco tempo para os produtores de açúcar, em virtude da concorrência com demais colônias exportadoras, mas o extrativismo continuaria com o ouro, já na década de 1960. (LOPEZ, MOTA, 2008).

Houve, na Angola, uma tentativa de extração semelhante aos processos ocorridos no Brasil, mas apenas em fins do século XVIII é que Portugal buscou uma diversificação na produção da colônia, desenvolvendo plantações de algodão e café. “Entretanto, as iniciativas não deram certo e, no início do século XIX, a colônia continuava a ser fonte de apenas um produto: escravos.” (VISENTINI, 2012, p. 46).

Essa relação perduraria por muito tempo, até quando Portugal, em 1836, cedendo a pressões britânicas cessaria o tráfico de escravos, questão a qual traria consequências importantes para o Brasil. O tráfico cessou, mas os angolanos ainda eram submetidos a trabalhos escravos, condição esta que apenas se alteraria em 1878 e, dez anos depois, o mesmo processo teria fim no Brasil, com a “Abolição da Escravatura” em 1888.

Sendo Angola e Brasil territórios que foram colonizados por um mesmo país, é possível conceber processos que se desenvolveram de formas semelhantes em ambos os países, como a agricultura, no caso do Brasil foi um longo processo, na Angola já não veio a ser tão efetivo; a escravidão fora também uma questão que, de certa forma, estabeleceu relações entre os países, mesmo que de forma dolorosa.

4. INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E RECONHECIMENTO DE PORTUGAL

Escrever sobre a independência brasileira é uma tarefa mais difícil do que parece, porém nesta seção temos apenas por objetivo mostrar como se deu o processo de reconhecimento da independência brasileira pela metrópole Portugal. Com a finalidade de prover um mínimo arcabouço de conhecimento,

¹⁰ Paulo Visentini relata em seu livro “As Revoluções Africanas” que o primeiro contato foi com o português Diogo Cão

possibilitando uma reflexão e comparação mais aprofundada do processo brasileiro em relação ao angolano. (RIO DE JANEIRO, 2010).

O Brasil conquistou sua independência em 1822, todavia, o seu reconhecimento como um país independente e autônomo enfrentou diversas oposições. Uma delas era da Santa Aliança (Impérios Russo, Austríaco e Reino da Prússia), que defendia o absolutismo e por consequência também o colonialismo, além disso, os próprios países latino-americanos (recém-independentes) desconfiavam do modelo de governo implantado pelo Brasil, a monarquia, temendo que pudesse constituir um instrumento europeu para uma tentativa de recolonização, e por fim, de Portugal, pois era a metrópole do país. Dessa maneira, a independência brasileira só foi reconhecida três anos depois, em 1825, após longas negociações intermediadas pela Inglaterra, país cujos interesses econômicos seriam beneficiados pelo reconhecimento. (RIO DE JANEIRO, 2010).

Era interessante para a Inglaterra reconhecer rapidamente a independência brasileira, todavia, para não prejudicar seus laços com os portugueses, realizaram que a melhor maneira de se acelerar o processo, era mediando-o. Assim:

As negociações se arrastaram por quase três anos, entre Londres, Lisboa e Rio de Janeiro, contando sempre com a orientação do diplomata inglês George Canning. Finalmente, em agosto de 1825, Portugal assinou o acordo de reconhecimento, mediante uma indenização de 2 milhões de libras e da concessão a D. João VI do título de Imperador Honorário do Brasil. (RIO DE JANEIRO, 2010).

Após isso, outros Estados viram caminho aberto para também reconhecer o Brasil como país independente.

5. INDEPENDÊNCIA DA ANGOLA

Para que possamos entender de forma sucinta e relativamente completa o processo de independência de Angola, iremos expor rapidamente sobre as partes envolvidas no decorrer dos acontecimentos, bem como os principais eventos que precederam e foram decisivos para que o objetivo da independência fosse alcançado.

O primeiro movimento de libertação a ser citado é o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), criado em 1956, tendo como principal líder Agostinho Neto, possuía orientação marxista e era predominantemente urbano, composto majoritariamente pela etnia Ovimbundu de Luanda e apoiado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O segundo maior era a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), fundado em 1962, tinha como principal líder Holden Roberto, utilizava-se da bandeira racial, principalmente a população Bakongo do norte de Angola, era anticomunista, e muito forte na zona rural. E o terceiro grupo era a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), criada em 1964, por Jonas Savimbi, e tinha como principais membros as etnias do sul, como Ngangela, Chokew e Ovimbundu, era militarmente fraca e seu posicionamento ideológico variava com o apoio externo que recebia. (VISETINI, 2012).

Houve diversos conflitos internos envolvendo esses três grupos, cujo objetivo era o de alcançar a independência. Em 1961, a Primeira Guerra Popular de Libertação do Povo Angolano, resultou na abertura de diversas frentes de influência regional, denominadas Regiões Político-Militar, que acabaram

por dividir o país entre os três grupos. Catorze anos depois, em 1975, irrompeu a Segunda Guerra, agora FNLA e UNITA tinham como meta final chegar até Luanda, e privar o MPLA de sua principal base de apoio, com o intuito de excluir o Movimento de qualquer acordo político de independência com os portugueses, que só seria possível graças a Revolução dos Cravos que acontecera em Portugal um ano antes, e que discutiremos em seguida. O conflito se espalhou por todo território angolano. Nesta guerra, as influências externas do conflito ficaram evidentes; FNLA era apoiada por Estados Unidos, Zaire e China (que havia rompido com a URSS), a UNITA tinha suporte da África do Sul e colonos portugueses, enquanto a MPLA era auxiliada pelos socialistas URSS e Cuba. (VISENTINI, 2012).

Entre estes conflitos anteriormente citados, houve um acontecimento essencial, longe de Angola, que foi decisivo para a futura independência de Angola, a Revolução dos Cravos de 1974, em Portugal que “reconheceu de imediato o direito à independência, convidando MPLA, FNLA e UNITA para formarem, juntamente com Portugal, um governo de transição” (VISENTINI, 2012, p.55). A nova administração foi criada em 1975 com o Acordo do Alvor, composta por um governo de coalizão até a proclamação da independência oficial, mas que logo se desfez, resultando na Segunda Guerra Popular de Libertação. (VISENTINI, 2012).

6. BRASIL E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA ANGOLANO

À época de 1975, o Brasil, já independente a mais de 150 anos, e que acabara e passar pelo dito “milagre econômico”¹¹, já era a maior economia do América Latina, e se via como líder regional de um continente que já havia sido, em sua totalidade, formado por colônias. E também ainda como resquícios da Política Externa Independente, que objetivava uma participação brasileira internacional mais independente da bipolaridade da Guerra Fria. Assim, o papel brasileiro nos movimentos de independência angolana não se deu de forma direta, todavia, como ex-colônia (portuguesa), como Angola também o é, o Brasil se declarou e posicionou internacionalmente como um defensor do processo de descolonização. (LIMA, 2013).

No debate inicial da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1974, o Chanceler Azeredo da Silveira declarou que o Brasil tinha muita clareza sobre a questão da descolonização. Afirmando que o Estado brasileiro não aceita nenhum tipo de argumento que tente justificar protelações ou subterfúgios na condução de processos de descolonização. Além disso, colocou o Brasil à disposição de povos que ainda estivessem sujeitos a qualquer tipo de forma de dominação colonial, para que pudessem alcançar, o mais rápido possível, sua independência. Exaltando ainda, que o apoio prestado às colônias era tão importante quanto às articulações feitas juntos aos governos das metrópoles, para que, dessa forma, se desliguem, com rapidez e convicção, de suas políticas de dominação colonial. (LIMA, 2015).

7. RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA ANGOLANA PELO BRASIL

O processo decisório de reconhecer ou não a independência de um país não é tarefa simples de ser realizar, pois as consequências, tanto internas quanto externas, podem ser desastrosas. No entanto, tal reconhecimento parte de pressupostos objetivos para averiguar a legitimidade do fato político com base

¹¹ Foi a forma como denominou-se o período que vai de 1968 até 1973, período este de elevado crescimento econômico, durante o regime militar brasileiro.

no direito internacional. E esta responsabilidade está nas mãos da diplomacia, que deve avaliar corretamente todas as variáveis de risco e oportunidade que englobam o processo, a fim de coletar todas as informações possíveis e necessárias para que a melhor decisão seja tomada. (LIMA, 2015).

No caso de Angola havia um misto de problemas internos e externos que o reconhecimento acarretaria. “A opção política se confundia com a ideológica, o que lançava o Brasil no meio do jogo das superpotências em plena Guerra Fria na África, agravado pela informação da presença de forças cubanas em Angola.” (LIMA, ORGANIZAÇÃO, 2015, p.23). No plano interno, o possível reconhecimento da independência angolana seria dado como apoio aos comunistas, os supostos inimigos do golpe de 1964. Por outro lado, analisando friamente pelos olhos do direito internacional, a decisão também ainda era complicada, uma vez que a nação angolana se encontrava dividida entre três Movimentos de Libertação que não dialogavam entre si, não havendo, dessa forma, unidade e controle do território em sua totalidade. (LIMA, 2015).

Dessa maneira, segundo Lima (2015) o Estado brasileiro estava frente a frente com um dilema, de forma que uma decisão impopular poderia levantar dúvidas, questionamentos e críticas, tanto de natureza interna, com os apoiadores do regime política, quanto de natureza internacional e geopolítica. Então a decisão tomada para evitar esse tipo de descontentamento foi tornar automático o processo de reconhecimento da independência. “Tal possibilidade facilitaria a adesão da comunidade internacional e aliviaria as críticas de grupos insatisfeitos dentro das Forças Armadas, no âmbito da comunidade portuguesa no Brasil e por parte da própria mídia.” (LIMA, 2015, p.34).

A maneira encontrada pelo governo brasileiro foi tomar como base o Artigo 4º do Acordo de Alvor, firmado entre o governo português e os movimentos de libertação nacional angolanos, em janeiro de 1975. O artigo dizia: “a Independência e a soberania plena de Angola serão solenemente proclamadas em 11 de novembro de 1975”. Dentre outros assuntos, o Acordo também tratava da retirada das tropas portuguesas de Angola (Artigo 35º) e de eleições para uma Assembleia Constituinte, das quais o vencedor seria reconhecido como legítimo. (LIMA, 2015).

É então, segundo Lima (2015), em meio a tais acontecimentos que surgem dois diplomatas brasileiros, cuja experiência e capacidade foram de essencial importância para que as articulações internacionais com os representantes dos movimentos nacionais se desenvolvessem de forma transparente, profícua e assertiva. O primeiro deles era o Ministro Ítalo Zappa, chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania, enquanto o segundo, o Conselheiro Ovídio de Andrade de Mello, então lotado no Consulado em Londres.

Segundo Ovídio, a intenção do Chanceler Silveira era antecipar as relações políticas entre o Brasil e as então colônias portuguesas que construíam seus caminhos rumo à independência, de forma que buscar a livre aceitação dos movimentos libertários africanos fosse de suma importância. Assim, ainda no período de transição, para negociar com os movimentos que Portugal qualificasse como candidatos possíveis ao poder, havia o objetivo de abrir nas capitais de Angola e de Moçambique embriões de representação diplomática. (LIMA, 2015). “Segundo Zappa, estavam sendo firmados entendimentos a esse respeito entre Silveira e Mário Soares, então Ministro das Relações Exteriores de Portugal.” (LIMA, 2015, p. 35).

Numa primeira etapa, Zappa, como Chefe do Departamento, iria à África, visitar os líderes daqueles movimentos, apenas para “quebrar o gelo de eventuais ressentimentos que pudessem ter com a pregressa política brasileira de apoio velado ao colonialismo português”. Depois, Ovídio iria especificamente para fazer a proposta da criação de duas Representações Especiais, uma em Lourenço Marques (atual Maputo), outra em

Luanda. E, se as propostas fossem aceitas, poderia escolher a chefia de uma delas, o que corresponderia ao comissionamento como Embaixador que Ovídio pretendia. [...] A partir dos contatos com os três Movimentos de Libertação de Angola e obtido seu assentimento, bem como o do governo português, para o estabelecimento de uma Representação Diplomática em Luanda que representasse os interesses do Brasil no processo de transição para a Independência, prevista para 11 de novembro de 1975, o Itamaraty logrou manter uma posição absolutamente isenta, equânime, neutra e respeitosa frente ao processo político interno em Angola. (LIMA, 2015, p. 35-36).

Segundo Lima (2015), Zappa expressa claramente que a participação em todo esse processo não tinha por objetivo de moldar o novo país que nascia a desígnios da antiga metrópole. Além disso, não pendia para o lado de nenhum dos movimentos de libertação que disputavam o poder. O objetivo brasileiro sempre foi muito bem definido: “de recuperar o terreno perdido no passado e de assegurar a presença política e econômica no novo país” (LIMA, 2015 p.36).

Assim, ainda dentro do período de transição entre as autoridades portuguesa e angolana, o Estado brasileiro estabeleceu representação política especial em Luanda, que viria a se transformar, após a independência oficial, em Embaixada.

Brasília reconheceu a independência de Angola no mesmo dia em que foi proclamada, 11 de novembro de 1975. A Representação Especial em Luanda recebeu, dois dias antes das festas da Independência, a histórica decisão para ser comunicada ao governo local. Em 31 de dezembro de 1975, o Presidente Geisel assinou o decreto criando a Embaixada do Brasil em Luanda, além de cinco outras embaixadas no continente africano (LIMA, 2015, p 36-37).

8. IMPORTÂNCIA DAS EMBAIXADAS

Muito ouvimos falar sobre as representações diplomáticas brasileiras, mais popularmente conhecidas como Embaixadas, em diversos países pelo mundo, porém pouco conhecemos sobre suas funções e real importância. Porém, todo o corpo diplomático de um país se encontra personificado na figura de seu chefe, o Embaixador. É ele que detém as capacidades, concedidas pelo presidente, para realizar todas as funções e deveres que uma representação deste tipo requer. Então, entender a importância de uma embaixada é muito mais do que compreender a relevância de um prédio em outro país separadamente, é entender a importância de toda a diplomacia como um todo, e seu papel indispensável para a relação, cooperação e negociações entre todos os Estados do sistema internacional anárquico¹² no qual vivemos. “A diplomacia é tratada como sendo um canal para a formulação de normas internacionais, tratados e acordos entre os países. Isto faz com que o seu papel para a cooperação entre os mesmos seja incontestável.” (MARTINS, 2015, p. 41)

Todavia para mantermos o enfoque do trabalho é muito interessante citar e refletir sobre as funcionalidades de uma embaixada e de seu embaixador. Segundo o site do Governo Federal do Brasil:

A embaixada é a presença oficial de uma nação, instalada dentro do território de outra nação. É seu dever proteger os interesses do País que representa e de seus cidadãos. Além

¹² Ideia presente nas principais linhas teóricas de Relações Internacionais, a ideia de que o sistema é anárquico.

disso, é a primeira instância de negociação com o governo local. Cabe ao embaixador informar o governo sobre os acontecimentos no país estrangeiro e, promover relações amistosas e desenvolver as relações econômicas, culturais e científicas entre as duas nações. [...] Entre as funções de uma embaixada está autorizar o visto de entrada, expedir passaporte, procurações, testamentos, registros de nascimento, casamento e óbito, e legalizar documentos nacionais para cidadãos do país que representa (BRASIL, 2009).

Percebe-se, dessa forma, a importância vital das embaixadas no que se refere às boas relações entre Estados, sendo elas das mais variáveis naturezas possíveis, indo das comerciais, econômicas, políticas, culturais, científicas, humanitárias e assim por diante.

No continente africano, particularmente, o Brasil está presente em mais de 30 dos 55 países africanos, com um orçamento de cerca de US\$ 57 milhões. Além disso, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) coordena 150 iniciativas, principalmente em países lusófonos, como é o caso de Angola, abrangendo temas com agricultura, saúde, educação e formação profissional. Sem contar que entre 2006 e 2015 o Brasil realizou mais de 600 projetos internacionais de cooperação humanitária com o orçamento do Ministério de Relações Exteriores. (POR DENTRO DA ÁFRICA, 2016).

9. RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA CONTEMPORÂNEAS: BREVES COMENTÁRIOS

As relações diplomáticas entre Brasil e Angola foram inauguradas em 1975, ano no qual o país africano conquistou sua independência de Portugal. Dessa forma, é preciso ter em mente que as relações entre esses países já apresentou raízes profundas e uma estrutura bem consolidada. Todavia é indispensável mencionar que durante todo o Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a cooperação com os países africanos passou a ser para o Brasil um elemento de extrema relevância, capaz de transformar situações e condições semelhantes em oportunidades de cooperação e benefício mútuo. Tudo isso sobre o guarda-chuva do se chama de cooperação sul-sul (RIEDIGER, 2010).

Esta tem sido inclusive uma das grandes lutas da diplomacia brasileira nos últimos anos: não só uma inserção internacional mais justa para diversos Estados, mas também a existência de normas internacionais mais justas, que permitam aos países mais pobres se desenvolverem de forma digna. (RIEDIGER, 2010, p.24, apud LIMA e HIRTS, 2006).

Durante os seus oito anos de governo, o presidente Lula foi à África onze vezes, visitou 27 países [...] abriu novas embaixadas, reativou antigas, resultando em um total de embaixadas em 34 países. E segundo Riediger (2010), essas ações tiveram em contrapartida o também aumento do número de embaixadas africanas em Brasília.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto na introdução, o presente texto teve por objetivo comparar dois processos de independência de duas ex-colônias portuguesas, Brasil e Angola, e todo decorrer dos fatos que leva ao

reconhecimento internacional de tais processos, e como isto acarreta em uma relação bilateral que em 2015 completou 40 anos.

Interessante observar a transformação do papel brasileiro dentro do sistema internacional. Em um primeiro momento, enquanto colônia recém-independente, o Brasil precisou do auxílio inglês para que pudesse “comprar” sua independência oficial de Portugal. Ao ponto que, em 1975, o Brasil, como país já consolidado e líder regional, se colocou como um defensor dos movimentos de descolonização. É muito significativo o Brasil ter reconhecido a independência angolana no mesmo dia que ela foi proclamada, deixando evidente também como se alteraram as capacidades da ex-metrópole e da ex-colônia (Brasil) dentro do sistema internacional. Basta notar que a grande potência do século XIX, a Inglaterra, não reconheceu nossa independência de imediato para não afetar suas relações com Portugal.

O trabalho também nos leva a realizar o preparo e engajamento da diplomacia brasileira. Já bem antes da independência ocorrer de fato o Brasil já agia “nos bastidores”, conversando e negociando com os movimentos de libertação angolanos, bem como com o governo português, para tornar todo o processo mais fácil e com a menor quantidade de consequências negativas possíveis. Assim, é incabível não destacar o papel das três principais, Ítalo Zappa, Ovídio de Andrade de Mello e o Chanceler Azeredo da Silveira, que encabeçaram todas as principais discussões sobre o tema, e foram essenciais para o resultado alcançado por Angola.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer primeiramente à Prof^a Dr^a Rosângela Vieira, que se debruçou sobre o tema Áfricas, desafiando-se na busca por compreender os aspectos plurais deste tema, tornando-se, assim, apta a ministrar a disciplina “Tópicos de História”.

E, por último, agradecemos também aos alunos de Ciências Sociais, Filosofia e Relações Internacionais os quais juntos se propuseram a aprender um pouco mais da história do povo africano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **A embaixada é a presença oficial de uma nação**. Brasília, 2009. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/a-embaixada-e-a-presenca-oficial-de-uma-nacao>> Acesso em 20 nov 2017.

LIMA, S. E. M.; SANTOS, L. C. V. G. (Organizadores). **Quarenta anos das relações Brasil-Angola**. Brasília: Funag. 2015. 237p. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/1134_quarenta_anos_de_relacoes_brasil_angola.pdf> Acesso em 20 nov. 2017.

LOPEZ, A. MOTA, C. G. **História do Brasil: uma interpretação**. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. 54-117 p.

MARTINS, E. M. J. H. **O comércio exterior e a abertura de embaixadas: o caso brasileiro entre 2000 e 2014**. 2015, 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42918/MONOGRAFIA20-2015.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 20 nov. 2017.

POR DENTRO DA ÁFRICA. **Brasil-África: A importância da representação diplomática e da cooperação com o**

continente africano. São Paulo, 2016. Disponível em <<http://www.pordentrodaafrica.com/brasil-africa/brasil-africa-importancia-da-representacao-diplomatica-e-da-cooperacao-com-o-continentes-africano>> Acesso em 20 nov. 2017.

RIEDIGER, B.F. **A Política Externa do Governo Lula e a Estratégia de Relações Interegionais.** 2010, 81f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28389/000770423.pdf?sequence=1>> Acesso em 20 de nov. 2017 .

RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. Empresa Municipal de Mídias Ltda, MultiRio. **Reconhecimento no Exterior.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/rec_exterior.html> Acesso em 20 nov. 2017.

VISENTINI, P. F. **As Revoluções Africanas:** Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 187 p. (Revoluções do século 20).

_____. RIBEIRO, D. T. PEREIRA, A. D. **História da África e dos Africanos,** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 219 p.

VIZENTINI, P. F. **As Relações Internacionais da Ásia e da África.** Petrópolis: Vozes, 2007. 230 p. (Relações Internacionais).

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu:** a retórica do poder. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 126 p.

